

Novos juízos estão a funcionar com oficiais emprestados

Apenas em setembro com a colocação de novos oficiais de justiça fica resolvido o problema da falta de funcionários dos novos juízos criados em abril e maio deste ano

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores aproveitou para alertar a falta de oficiais de justiça nos novos juízos criados em abril e maio na Região.

O relatório do primeiro semestre de 2019 do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores assinala ser “imperioso que os novos juízos criados e instalados em abril e maio de 2019 sejam dotados dos oficiais de justiça preconizados no respetivo quadro, sob pena de isso se poder repercutir negativamente nos serviços de onde saíram os funcionários extraordinariamente ali colocados”.

Em causa está a falta de cerca de nove oficiais de justiça para funcionar no novo Tribunal de Execução de Penas, Juízo de Família, Menores e Trabalho de Praia da Vitória e novo Juízo Local Criminal de Ponta Delgada (que passou de dois para três juízos).

A criação de novos juízos não foi acompanhada de um aumento de funcionários judiciais.

O problema apenas será resolvido com o movimento de oficiais de justiça, em setembro, que vai colocar novos oficiais de justiça nas estruturas, recentemente, criadas.

Atualmente existem 127 oficiais de justiça nos Açores, sendo que 42 destes técnicos estão colocados nos serviços do Ministério Público.

Recentemente o Sindicato dos Funcionários Judiciais na

Região alertou que faltam cerca de 30 oficiais de justiça nos Açores, indicando que este é um problema crónico.

“A ministra disse que a Justiça nunca esteve tão bem em termos estatísticos. É verdade, mas isso deve-se aos magistrados e aos oficiais de justiça, porque se não fossem eles a trabalhar nos processos a estatística não estaria como está”, considerou Justina Neto, coordenadora nos Açores do Sindicato dos Funcionários Judiciais, no dia 4 de julho, durante um dia de greve dos funcionários judiciais.

O relatório do primeiro semestre do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores assinala

A criação de novos juízos não foi acompanhada de um aumento de funcionários judiciais

uma diminuição de 12,8% das pendências gerais.

O juiz presidente, Moreira das Neves, indica que existe a necessidade de se criarem mais duas salas de audiências em Angra do Heroísmo, porque atualmente existem apenas duas salas para seis juízes.

Também é necessário investir em espaços próprios para se instalar equipamentos de videoconferência em Ponta Delgada Delgada, Angra do Heroísmo, Santa Cruz das Flores e São Roque do Pico. ♦



Faltam funcionários para os novos tribunais criados na Região

Baixas de funcionários devido à falta de ar condicionado

Vários magistrados e oficiais de justiça que trabalham no tribunal de Ponta Delgada entraram de baixa devido a problemas de saúde sentidos com a falta de ar condicionado. As instalações antigas do tribunal de Ponta Delgada apresenta um isolamento térmico deficitário que provoca um elevado aquecimento no interior do edifício, motivando problemas de saúde para os magistrados e oficiais de justiça. Estes profissionais na área da justiça são obrigados durante os julgamentos a vestir trajes judiciais que provocam ainda mais calor e problemas de saúde.

A falta de equipamentos de ar condicionado em funcio-

namento é um problema antigo, mas ainda não se vai resolver este ano.

O relatório do primeiro semestre de 2019 do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores revela que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, que gere os recursos financeiros, patrimoniais e tecnológicos do Ministério da Justiça, apenas vai avançar com o projeto da instalação do ar condicionado este ano, adiando o investimento para a aquisição do equipamento para os próximos anos.

“Este assunto tem sido objeto de queixas recorrentes e justificadas dos profissionais afetados, bem assim como já

foi causa de baixas clínicas por banda de magistrados e funcionários. Tem sido sistematicamente assinalado pelos órgãos de gestão e continua a arrastar-se”, salientou o juiz presidente Moreira das Neves.

Também será necessário proceder à reparação de todo o sistema de ar condicionado nos tribunais da Ribeira Grande e Santa Cruz das Flores, porque os sistemas estão inoperacionais.

Também é necessário melhorar a acessibilidade dos cidadãos com dificuldades motoras na maioria dos tribunais da Região, faltando rampas ou elevadores para os pisos superiores. ♦